

Pesquisa mostra posição favorável a um limite para o pagamento da dívida

3 MAI 1987

A dívida externa deve ser paga. Essa é a opinião de 80 por cento da população do Rio e de São Paulo. Mas a grande maioria (72%) defende a fixação de um limite máximo anual, enquanto apenas 14 por cento são favoráveis ao não pagamento e oito acham que o Brasil deve atender às exigências dos credores.

Os entrevistados se manifestam positivamente com relação ao uso social da terra, à participação do Estado na economia e ao controle rígido dos preços. Esses dados aparecem na terceira parte da pesquisa "A Constituição que o Povo Quer", do Instituto Gallup de Opinião Pública, que vem sendo publicada, há duas semanas, pelo GLOBO.

A posição favorável à fixação de um teto anual para o pagamento da dívida externa (72%) equilibra-se entre o Rio (73%) e São Paulo (71%) e a suspensão tem mais apoio no Rio (16%) do que em São Paulo (13%).

Só 20 por cento dos pesquisados defendem o direito dos proprietários rurais a não cultivarem suas terras, em posição significativamente inferior aos que acham que o Governo deve exigir o cultivo (79%). O Instituto Gallup complementa esta questão apresentando uma outra pergunta aos entrevistados: "Para fazer com que as terras fossem cultivadas, o Governo deveria cobrar impostos muito altos ou desapropriar e repartir as terras sem uso?" Quase dois terços (66%) se situam positivamente à redistribuição, dos quais, dois por cento favoráveis também à cobrança de impostos elevados. Apenas 12 por cento são exclusivamente pela tributação.

Na parte referente à estatização, as respostas revelam nítidas definições por classe e por faixa etária: os mais velhos e os de maior poder aquisitivo são privatistas, opondo-se aos de menor renda e aos mais jovens, estatizantes. Em resposta à

pergunta: "Na sua opinião, as empresas estatais deveriam atuar apenas nos setores essenciais da economia, deveriam também atuar em outros setores ou todas as empresas estatais deveriam ser progressivamente privatizadas?", 33 por cento defendem a ampliação da estatização, 29 optam pela privatização e 27 se pronunciam pela manutenção da coexistência entre os dois sistemas. Quanto a essa questão, os jovens, entre 18 e 29 anos, dividem-se em estatizantes (40%), privatistas (27%) e defensores do atual sistema (25%). Entre os de mais de 50 anos, a ordem é inversa: 30 por cento apoiam a situação atual, 28 são pela privatização e 24 pela estatização. Na faixa intermediária, dos 30 aos 49 anos, estatizantes e privatistas empatam em 31 por cento e os partidários do sistema misto ficam com 26 por cento.

A maioria (64%) dos habitantes do Rio e de São Paulo é partidária do controle dos preços pelo Governo, defendendo a punição dos especuladores. Outros 29 por cento acham que as autoridades deveriam permitir aumentos dentro de certos limites, enquanto seis por cento são pela liberdade de preços. Esses resultados estão distribuídos inversamente pelas classes sociais. Quanto mais uma pessoa ganha, mais favorável ao mercado livre ela se manifesta. Assim, a classe A se divide em 52 por cento pelo controle, contra 48 pela liberdade de preços. Na classe B o resultado já é diferente: 56 por cento querem o controle e 43 a liberação. Nas classes C e D a intervenção estatal é defendida por 66 e 68 por cento, enquanto 33 e 30 se pronunciam pelos preços livres.

O Instituto Gallup entrevistou 1.349 pessoas em Guarulhos, Osasco, Região do ABCD, São Paulo e Grande Rio. Os pesquisados são 741 de São Paulo e 608 do Rio.